

4

MOVIMENTO  
DE  
EDUCAÇÃO  
DE  
BASE

REUNIAO DE COORDENADORES  
RIO DE JANEIRO

REUNIÃO DE COORDENADORES  
RIO DE JANEIRO 8 a 15/6/64

## REUNIÃO DE COORDENADORES

Objetivo: Revisão e planejamento.  
Local : Rio de Janeiro, Gb.  
D a t a : 8 a 15 de junho de 1964.

### Participantes:

Amazônia	- Pe. Aloísio Neno
Maranhão	- Maria José Sousa dos Santos Regina Lobo
Ceará	- Joaquim Décio Marri
Pernambuco	- Maria Lúcia Moreira da Costa
Bahia	- Ruth Teixeira Vieira
Minas Gerais	- Paulo Tavares Júnior
Goiás	- Maria Alice Martins
Nacional	- Marina Bandeira Vera Jaccoud Osmar Fávero. Raul Landim Regina Landim José Augusto Albuquerque Wilson Hargreaves Aldayr Brasil Maria de Lourdes Fávero Carlos Brandão Sinésio Baccheto

Presença de D. José Tavora em parte da reunião.

Convidado - Mons. José Tapajós.

Nota: Sendo impossível a convocação de coordenadores de todos os Estados, pela falta de verba para aquisição de passagens e mesmo para hospedagem no Rio, conseguiu-se aproveitar a representação de alguns Estados que já estavam na Guanabara (Amazônia, Maranhão e Ceará), convocando-se apenas mais quatro Estados (Pernambuco, Bahia, Goiás e Minas Gerais), escolhidos pela ordem de problemas, que sabíamos existir, visando que o conjunto fôsse representativo de todo o MEB.

Custou-nos muito decidir. Esperamos que todos os Sistemas compreendam as limitações impostas pela situação.

## AGENDA DOS TRABALHOS

Horário: 9:00 às 12:00 hs.  
14:00 às 18:00 hs.

- Dia 8 (à tarde) Informe dos Estados.
- Dia 9 Informe do Nacional.  
Apresentação do anteprojeto de normas de funcionamento.
- Dia 10 Discussão do anteprojeto de normas de funcionamento.
- Dia 11 Análise das possibilidades de trabalho do MEB diante da situação externa
- Dia 12 Análise das possibilidades de trabalho do MEB diante da situação financeira.
- Dia 13 Análise das possibilidades de trabalho do MEB a partir do anteprojeto das normas de funcionamento, a serem propostas ao CDN.
- Dia 14 Descanso.
- Dia 15 Conclusão da análise das possibilidades de trabalho, a partir do anteprojeto das normas de funcionamento, a serem propostas ao CDN.  
Planejamento.

Nota: Esta agenda não foi seguida nos Dias de Estudo. Como veremos a seguir, todos os pontos foram discutidos e estudados, mas não obedeceram à ordem prevista.

## RELATÓRIO DOS ASSUNTOS DISCUTIDOS

### I. ANÁLISE DAS POSSIBILIDADES DE TRABALHO DO MEB DIANTE DA SITUAÇÃO POLÍTICA.

Do início, ficou claro que esta análise só seria completa se, simultaneamente, fôsse feita uma revisão crítica do trabalho do Movimento. Assim sendo, verificou-se:

1. O MEB é considerado subversivo, no Brasil atual, porque sua ação educativa, por si mesma, leva a uma mudança de mentalidades e de estruturas. O fato de atuar no meio rural, onde o problema social é mais agudo e as situações de desigualdades e miséria maiores, exigindo, por isso mesmo, uma mudança mais radical, é que teve como consequência uma reação:
  - . das classes mais favorecidas;
  - . de parte do clero não habituada a ver os leigos assumindo, diretamente, um trabalho de Igreja, nem tampouco os valores do Evangelho encarnados, explicitamente, no campo social;
  - . da opinião pública, não preparada anteriormente para receber o tipo de trabalho desenvolvido pelo MEB;
  - . que levou a identificar a ação do MEB com a dos comunistas, pelo fato de terem eles desenvolvido um trabalho no meio rural, anteriormente ao Movimento de Educação de Base.

Diante dessa realidade, o Movimento não levou muito em conta as reações ao seu trabalho, pois achou que eram comuns a qualquer parcela da sociedade que se sentisse atingida. Procurou olhar mais ainda como estava atingindo o povo e o que era necessário para ajudar o crescimento das equipes. Pois, em se tratando de um Movimento com poucos anos de experiência, contando com um número às vezes reduzido de pessoal e com muito trabalho a realizar, a formação de seus quadros, muitas vezes, foi relegada a um segundo plano, havendo, como consequência natural, uma certa falta de base para enfrentar determinadas situações.

Por outro lado, a experiência e os resultados do trabalho apontaram como saldo positivo:

- a afirmação dos leigos em um trabalho sócio-educativo, de ordem nitidamente temporal, de responsabilidade da Igreja;
- um Movimento que nunca jogou com o povo, mas que tentou, honestamente, identificar-se com ele e, de certa maneira, ser povo, consciente de que um trabalho que pretender a promoção desse povo só terá sentido se ele mesmo fôr sujeito dessa promoção e, portanto, só ganhando autenticidade se houver a participação desse mesmo povo na formulação e execução dessa tarefa, aliás já tentada, mas de forma assistemática, com experiências desiguais nas diversas áreas atingidas;
- uma ação educativa empenhada essencialmente no processo de conscientização, objetivando que, pelo próprio povo, sejam assumidas as transformações necessárias, em um processo que não corresponda a aspirações de grupos, mas a uma necessidade de todo o país;
- a unidade crescente do Movimento, como um todo nacional, decorrendo daí:
  - o respeito que lhe foi devido pela firmeza de atitudes que foi possível manter e o peso que significou em todas as áreas de sua atuação;
  - a garantia de um trabalho realizado em uma estrutura não individualista, mas em uma perspectiva de equipe, todos assumindo e se corresponsabilizando pelo Movimento;
- a sua absoluta independência político-ideológica, nunca se submetendo a jogos ou acomodações políticas, nem permitindo em seu trabalho processos de utilização do povo.

## 2. O MEB e a revolução

Analisada a atuação do MEB em cada Estado, considerados os objetivos do Movimento e a realidade enfrentada, concluiu-se que não poderia ter sido outra a situação do MEB diante dos acontecimentos de 1º de abril.

A maior ou menor intensidade das perseguições e pressões, havidas nos diferentes Estados, foi ocasionada por diferentes motivos, desde os já citados, até questões de política local.

Diante da situação existente, no momento, no país e dos problemas havidos com o trabalho do MEB, verifica-se que as estruturas continuam como antes, assim como continuam as mesmas a realidade que motivou e exigiu a criação do MEB e as necessidades e aspirações do povo.

### 3. O MEB e suas características fundamentais

#### 3.1 O MEB é um Movimento de Igreja

É um Movimento de ordem temporal, com finalidade essencialmente educativa, de responsabilidade da CNBB, confiado aos leigos e por eles assumido.

#### 3.2 O MEB é um Movimento do povo

Surgiu em função de uma realidade que nos apresenta necessitando de transformações urgentes e profundas, de ordem estrutural. Essa realidade subjuga o homem e o impede de manifestar sua atividade criadora, colocando-o à margem do processo histórico.

Consciente de que a promoção dêse homem só tem sentido se ele mesmo a assumir (ou teríamos mais uma forma de marginalização), o MEB, engajado num trabalho de mudança dessa realidade constatada, estabelece um compromisso com esse homem. Em virtude disso, não pode o Movimento ter simplesmente ligações ocasionais com o povo, ou satisfazer-se em interpretá-lo mais ou menos bem. Para realizar um trabalho honesto, conseqüente e coerente, tem que, realmente, situar esse homem como agente das transformações a serem feitas, o que implica sua participação na própria elaboração do trabalho do MEB. É necessário, para ser mais efetiva essa participação, que a própria estrutura do Movimento seja mais permeável à presença do povo nas várias fases de seu trabalho.

O próprio funcionamento normal do MEB deve propiciar os recursos para a presença constante das bases,

com um sistema eficiente de comunicação, de problemas e de soluções.

### 3.3 O MEB é um Movimento com unidade nacional

O MEB não pode nunca se reduzir a uma soma de trabalhos pequenos e isolados nos Estados ou nas dioceses, mas tem que, necessariamente, manter sua unidade como movimento nacional, para que possa realizar um trabalho conseqüente, de acôrdo com seus objetivos.

### 3.4 O MEB é um movimento educativo

Como movimento educativo, achamos que seu trabalho prioritário deve ser conscientização. A análise da situação nos leva a concluir que o panorama não mudou e que o povo necessita do MEB. Por outro lado, o CDN decidiu que o MEB deverá continuar.

As questões colocam-se: como continuar? poderá prosseguir o MEB fazendo um trabalho de conscientização eficiente e honesto? e até onde o MEB continuará sendo um Movimento autêntico? ou ainda, até onde o MEB será povo ?

Foi visto que a linha deverá ser a mesma, podendo mudar a maneira de ser apresentada, condicionada que está à realidade, de acôrdo com a situação local. Na análise das condições locais, devem ser consideradas as reais garantias de trabalho, direito de reunião, viagens, segurança dos monitores etc.

É certo, entretanto, que somente quando recomeçar efetivamente o trabalho é que será possível verificar de que maneira o povo foi atingido, enquanto ligado ao MEB. É necessário, no entanto, não subestimar o povo e sua capacidade de análise.

O problema a ser discutido está na demarcação dos limites que podem ser transgidos, permanecendo autênticos os pontos considerados fundamentais para a continuidade do trabalho.

Das discussões concluiu-se que o MEB :

- pode realizar um trabalho de Educação para o desenvolvimento, dentro de uma linha positiva e de construção, tornando-se necessário, no entanto, um estudo que explicita o que se entende por desenvolvimento, a fim de que não

seja êle visto simplistamente, nem como números crescentes na produção, nem através de "slogans", mas sim determinando, de modo essencial, a posição do homem como agente dêsse desenvolvimento;

- é um trabalho de exclusiva responsabilidade da Igreja, o que leva a ser considerado ofensivo à Igreja pensar - se em "censores", "interventores" ou pretender-se qualquer demissão de pessoal do MEB, por pressão externa, política ou outra;
- pode abster-se de criticar a revolução, mas não poderá silenciou sobre fatos que constituam desrespeito à pessoa humana e à aplicação prática da Doutrina Social da Igreja, já que precisa permanecer com sua posição crítica, face à realidade (até que ponto será possível criticar a estrutura da propriedade, as relações de trabalho etc.?), pois, como antes, o Movimento não se pode situar como um trabalho de apoio a grupos ou correntes partidárias, sendo absolutamente essencial que mantenha sua independência política, doutrinária e ideológica;
- não pode ficar adstrito a uma simples transmissão de conhecimentos, nem tampouco limitar-se a um trabalho puro e simples de alfabetização;
- deve usar uma linguagem e obedecer a uma adequação pedagógica no trabalho de conscientização do povo e das realidades regionais e nacional, ficando bem claro que somente nesse sentido é que poderá abrir mão do uso da cartilha - VIVER É LUTAR - e não por considerá-la em desacôrdo com o seu pensamento;
- não poderá aceitar fazer um trabalho alienado.

## II. ANÁLISE DAS POSSIBILIDADES DE TRABALHO DO MEB DIANTE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA.

### 1. Informe da Contabilidade

- Há seis meses o MEB não recebe verba do Governo, isto é, desde dezembro de 1963.



- . O Governo deve ao Movimento de Educação de Base a importância de Cr\$ 149.000.000,00 correspondente ao ano de 63 e Cr\$ 782.000.000,00 relativa a 1964, importâncias essas devidamente aprovadas em orçamento, dependendo seu pagamento da assinatura do Governo e possivelmente com um corte de 30%.
  - . O dinheiro existente em poder do MEB, a prazo fixo, poderá ser movimentado por volta do dia 20 de junho e será destinado a pôr em dia o pagamento do pessoal (atrasados, indenizações, diferenças de aumento de salários, etc.) até maio.
2. Análise das possibilidades de trabalho diante da situação financeira.
- 2.1 Sendo de grande importância para o Movimento, caso continue, contar com pessoal já treinado e com experiência, a demissão de certos elementos só deverá ser efetuada nas equipes em que fôr conveniente e oportuna a providência.
  - 2.2 No caso do MEB continuar, é necessário que sejam regularizados os pedidos de verba, a serem feitos pelas equipes, com método e maior precisão, para que seja possível um real planejamento em plano Nacional.
  - 2.3 No caso da verba ser liberada com cortes, acarretando conseqüentemente, se necessário, reduzirem-se os gastos, dever-se-á adotar critérios relativos à redução de pessoal. Tais critérios devem levar em conta:
    - . se a área de trabalho oferece real possibilidade de êxito, podendo o mesmo ser realizado com eficiência e honestidade;
    - . o que as equipes estaduais e locais escolheram, como sendo prioritário, dentro de um plano de conjunto nos respectivos Estados;
    - . o aproveitamento do pessoal de outros sistemas, quando **nao** fôr possível continuar o trabalho em determinada área;
    - . a concentração de esforços nas áreas escolhidas como prioritárias, esclarecendo-se o povo no caso do MEB não poder continuar os trabalhos já iniciados em algum lugar;
    - . que o pessoal dispensado, em virtude da crise financeira, poderá ser convidado a voltar, caso haja condições.

### 31 Financiamentos para o MEB

Os últimos pronunciamentos do CDN e da CNBB marcam a existência do MEB, independentemente do financiamento dado pelo Governo Federal. No caso de faltar esse financiamento, duas hipóteses se apresentarão:

- 3.1 Financiamento pelas próprias Dioceses onde atua o Movimento. Se ocorrer tal eventualidade, alguns problemas poderão ser criados com a estrutura nacional do MEB. Neste caso, haveria necessidade de que o Projeto, que se está pensando estabelecer para o Movimento, explicitasse particularmente este ponto. Por outro lado, o MEB, sendo ligado à CNBB, seus problemas têm que ser encaminhados na linha da Pastoral de Conjunto.
- 3.2 Financiamento externo, que, se positivado, será feito através da CNBB. Foram examinadas as seguintes hipóteses de financiamento: USAID, GOVERNO ALEMÃO, ORGANIZAÇÕES PARTICULARES e ORGANIZAÇÕES CATÓLICAS ESTRANGEIRAS.

De um modo geral, verificou-se que a questão "financiamento" pode ser analisada sob dois aspectos:

- o financiamento do MEB não pode opor-se à unidade de pensamento e de ação do Movimento;
- o financiamento não pode criar compromissos para a linha do MEB e não pode opor-se a seu projeto de ação.

### III. ANÁLISE DAS POSSIBILIDADES DE TRABALHO DO MEB, A PARTIR DO ANTEPROJETO DAS NORMAS DE FUNCIONAMENTO A SEREM PROPOSTAS AO CDN.

Mons. Tapajós, assessor do CDN, encarregado de elaborar um projeto de diretrizes e normas de funcionamento, a serem estabelecidas pelo CDN, quis participar da reunião para dialogar com os leigos, tendo em vista a elaboração das referidas instruções.

Inicialmente, foram colocadas as linhas principais do anteprojeto elaborado, seus fundamentos e a necessidade do MEB possuir tais ordenações.

Os pontos básicos que fundamentaram a perspectiva do anteprojeto apresentado na reunião, não revistos por Mons. Tapajós, foram os seguintes:

- "O MEB é um movimento de apostolado da Igreja. Não é um movimento de apostolado, enquanto apostolado dos cristãos que nêle se engajaram, mas enquanto é um movimento de Igreja.
- É um movimento de instituição da CNBB. Não é só da Hierarquia, nem é um movimento de apostolado dos leigos. É um movimento da Igreja.
- A ação da Igreja no temporal é sempre um apostolado e as organizações de apostolado no temporal podem ser consideradas como de ação católica, em um sentido amplo.
- Se a Igreja compreende Hierarquia e leigos, o MEB se realiza por uma colaboração de ~~Laicato~~ Laicato com a Hierarquia, cada um respeitando a função própria do outro.
- Daí a necessidade de distinguir-se, na estruturação do MEB, duas linhas: a da Hierarquia e a do Laicato. Entre as duas há relações e funções de subordinação e de colaboração.
- Sendo da Igreja, o MEB deve ter uma estrutura adequada à estrutura jurídica da Igreja.
- A CNBB não tem jurisdição sobre as Dioceses. Logo, o MEB, criado e mantido pela CNBB, não pode independe dos Bispos diocesanos.
- Somente à Hierarquia e, portanto, a cada Bispo diocesano, cabe a determinação da linha doutrinária dos trabalhos e a interpretação dos princípios de ordem moral para as questões temporais.
- O MEB, pertencente à Igreja, independe do Governo. Segue as diretrizes da Igreja e não precisa de convênio algum com o Estado para determinar a sua existência".

Os coordenadores tomaram conhecimento do anteprojeto e reconheceram a validade e a urgência de elaboração de normas de funcionamento do MEB, normas que permitam um trabalho mais eficiente e organizado. Mas não houve tempo para um estudo mais fundamentado das questões e perspectivas que foram colocadas.

Em linhas gerais, foram os seguintes alguns dos pontos levantados, postos em dúvida ou discordância com o anteprojeto apresentado:

1º Em relação aos objetivos:

- necessidade de melhor explicitação dos objetivos, de forma a definir e distinguir o Movimento de Educação de Base como um Movimento essencialmente educativo;
- é essencial que a definição do MEB leve suficientemente em consideração a experiência até agora vivida pelo Movimento e as elaborações anteriormente feitas;
- o texto apresentado não coloca, nem se relaciona com valores ou situações históricas ou culturais, prescindindo da nossa realidade e das perspectivas que se colocam para o povo com quem trabalhamos.

2º Em relação à estrutura:

- o fato do MEB pertencer à CNBB e ser um movimento de fins essencialmente sócio-educativos lhe dá uma certa especificidade. Dessa maneira, não precisaria necessariamente, estruturar-se de acordo com as normas de Direito Canônico para o funcionamento da Igreja;
- além disso, desde sua criação, vem o MEB se esforçando por manter sua unidade, essencial para a realização de seus objetivos, unidade essa conseguida através da estrutura nacional do Movimento e, de certa forma, fragmentada no projeto apresentado pela ênfase dada à posição da unidade-diocese, no funcionamento normal do MEB, o que poderá prejudicar a própria eficácia do trabalho pela divisão da autoridade e pelas perspectivas diversas que poderão orientar o MEB em cada Diocese;
- para poder obedecer ao sentido pleno da autoridade diocesana, a funcionalidade do encaminhamento e da decisão de uma série de questões parece ter sido prejudicada, dado o dinamismo próprio dos problemas com que o MEB se defronta;
- a posição do leigo na estrutura proposta não lhe permite um assumir completo do trabalho, como seria desejável, o que constitui, de certa maneira, uma minoridade, que se choca com a experiência anterior do próprio Movimento e do crescente papel assumido, pelos leigos, nos dias atuais, na Igreja.

Como os participantes da reunião discordassem de vários itens do anteprojeto e considerando que o documento era de responsabilidade de Mons. Tapajós, concluíram que seria melhor dar-lhe tãda a colaboração possível, ficando bem claro, todavia, que isso não implicaria em uma concordância com o documento, já que os coordenadores achavam que o anteprojeto não representava seu pensamento em relação ao funcionamento do MEB.

O grupo sentiu a necessidade de apresentar, ainda, filialmente, aos Srs. Bispos do CDN, o que representa para cada membro do MEB a experiência acumulada nos anos anteriores, bem como um testemunho dos leigos que realizam o trabalho.

MEB,  
sem origem  
no MEB  
e não com-  
tido.

Foram, pois, estudadas as perspectivas tidas como essenciais, para que o Movimento pudesse atingir plenamente seus objetivos. Essas perspectivas ficaram expressas na agenda então formulada.

Na ocasião, foram ainda decididos os procedimentos práticos para a redação do documento a ser apresentado aos membros do CDN.

Seguiu-se, dessa forma, a seguinte agenda:

1. Fim sócio-educativo e não puramente apostólico do MEB.
2. Corresponsabilidade dos leigos na orientação do Movimento.
3. Unidade Nacional do Movimento.
4. Perspectiva de trabalho em equipe: nacional, estaduais, locais, monitores, estruturação, funcionamento, competências
5. O projeto.
6. Autonomia das equipes a partir do projeto.
7. Encontro de coordenadores.
8. Decisões sôbre "documento" e "projeto".

Explicitando:

1. Fim sócio-educativo e não puramente apostólico do MEB.  
Qualquer movimento feito por cristãos é apostólico. O MEB, por ser realizado por cristãos e por ser assumido pela Igreja, possui, portanto, um sentido apostólico. Porém, tendo

como fim específico a ação educativa e social, a natureza do MEB exige, além de princípios gerais e doutrinários, uma dimensão histórica, um contato com o real, envolvendo valores ideológicos.

Dessas características e considerada a dependência à CNBB, verifica-se que cabe à Hierarquia dar seu assentimento à linha educativa do Movimento. Nesse sentido, é função do grupo de leigos que trabalham no MEB especificar a linha do Movimento, com suas implicações conseqüentes. À Hierarquia compete verificar a adequação do trabalho à linha doutrinária da Igreja.

## 2. Corresponsabilidade dos leigos na orientação do Movimento

Afirma-se a corresponsabilidade nas atitudes dos cristãos — Hierarquia e leigos — a partir da própria colocação da Igreja como povo de Deus. Daí surge a conveniência de que mesmo as críticas ao trabalho dos leigos se façam através de um diálogo.

Concretamente, essa corresponsabilidade se expressa em:

- 2.1 evitar estruturas paralelas na organização do MEB, procurando-se uma estrutura que possibilite mais orgânicamente o diálogo, conduzindo a decisões conjuntas;
- 2.2. procurar a corresponsabilidade também internamente, já que o trabalho assumido em equipe implica uma participação mais efetiva de seus membros na direção do Movimento, de forma que esse sentido particular de direção, em um trabalho como o do MEB, se expresse na corresponsabilidade entre suas várias equipes e dentro de cada equipe, quanto aos caminhos seguidos pelo Movimento;
- 2.3 necessidade de participação, nos diferentes órgãos jurídicos responsáveis pelo Movimento, das pessoas que trabalham no MEB.

## 3. Unidade Nacional do Movimento

### 3.1 Por que é necessária a unidade no MEB ?

O MEB é um Movimento nacional, criado para enfrentar um problema que se coloca em termos nacionais: a pro

moção do homem brasileiro, principalmente daquela maioria que vive nas áreas subdesenvolvidas. Projetos locais ou estaduais, sem uma perspectiva nacional, não surtirão efeito.

### 3.2 Que se entende por Unidade Nacional no MEB ?

O desenvolvimento de um Movimento em quase todo o país com os mesmos fins e objetivos, a mesma orientação, a mesma linha e o mesmo modo de encarar o uso dos métodos e dos meios. A unidade deve traduzir-se, também, na mesma perspectiva de trabalho em equipe, em uma só estrutura e organização, de tal forma que não haja estruturas paralelas que se interceptem. Todas as equipes, inclusive as administrativas, devem guiar-se pelos mesmos critérios, estando todos a serviço do mesmo Movimento. Nota-se essa unidade de critérios quando se observa que, sendo realizado especificamente por leigos, o trabalho do MEB pode ser ocasional ou supletivamente assumido por sacerdotes. Nesse caso, esses sacerdotes, exercendo a atividade de educadores, desempenham suas tarefas como os leigos.

### 3.3 Como garantir essa unidade ?

Nesse objetivo é fundamental:

- . a existência de um diálogo nas equipes, entre as equipes e entre as equipes e a Hierarquia, com uma vontade explícita de realizar esta unidade;
- . ter sempre presente que o trabalho de uma pessoa completa o trabalho de outra em uma equipe, assim como uma equipe completa outra;
- . a "troca de experiências" entre as várias equipes, possibilitando um enriquecimento no trabalho e um crescimento "participado".

## 4. Perspectivas de trabalho em equipe.

Este ponto também foi estudado na base de revisão.

### 4.1 Questões levantadas durante a revisão:

- . O pessoal do Nacional muitas vezes não tem visão dos problemas locais, não conhece suficientemente as bases e, em consequência, no estudo de ca-

sos e planos concretos, falta mais objetividade e compreensão dos problemas das áreas. Isso prejudica o assumir conjunto do Movimento.

- Na mesma linha, elementos do Nacional, quando visitam os Estados, não vão suficientemente documentados e informados das várias questões e estudos, a resolver nos diferentes setores de funcionamento do MEB. Perde-se, então, a oportunidade de uma ajuda mais global e limita-se a atuação de cada elemento ao seu setor específico, prejudicando a perspectiva de conjunto, ou seja, de assumirmos MEB como um todo.
- Há problemas de divisão e troca de responsabilidades, informações, documentação etc., no Nacional, que se refletem, diretamente, no trabalho dos Estados. Como caso concreto, foi visto que, em muitas visitas de elementos do Nacional aos Estados, muita coisa deixou de ser resolvida, ficando pendentes vários assuntos, com planejamentos provisórios, sujeitos à reformulação. É necessário mais poder de decisão, para quem visita os Estados, em relação aos assuntos estudados. O mesmo problema, entre as equipes estaduais e locais, pode existir. É essencial que o elemento de uma equipe, em visita a outra equipe de base, faça-o sempre como representante de sua equipe e não com uma atuação apenas pessoal.
- Os Estados sentem necessidade de conhecer melhor os problemas nacionais do MEB, a ponto de também se sentirem responsáveis por eles. Foi igualmente discutida a possibilidade de terem os Estados um pouco mais de autonomia para resolver certas questões, significando isso um passo maior para a necessária descentralização do Movimento.
- Foi visto que, no começo do trabalho do MEB, era mais fácil "estar tudo em família". Na estrutura inicial, tipo familiar, não havia grandes problemas. Muitos relacionamentos e planejamentos eram feitos muito mais em termos de trabalho voluntário que de um trabalho profissional. Com o crescimento do Movimento, caiu a possibilidade de subsistir esse tipo de relacionamento. Esse crescimento de pessoal, de atuação e de especialização, no MEB, foi positivo, trouxe mais qualidade e maior racionalização no trabalho. Por outro lado, a ampliação para um número muito maior de setores, de problemas, de pessoas etc. tornou difícil a estru-



turação do trabalho em termos orgânicos, de maneira a não perder a perspectiva de equipe.

- Uma grande dificuldade é a distribuição dos trabalhos e a divisão de responsabilidades. Notou-se em quase todas as equipes uma centralização dos trabalhos e responsabilidades na coordenação, sobrecarregando-a e criando problemas; uma vez que isso fere a perspectiva de trabalho. É necessário ver mais claramente a maneira orgânica de fazer-se uma divisão de encargos, respeitando, ao mesmo tempo, as capacitações específicas de cada um e a dimensão de diálogo, além da corresponsabilidade, em todas as equipes do MEB, para que as bases e o próprio povo não sejam prejudicados por esse problema. Analisou-se que a estruturação, a organização, o funcionamento do MEB ainda têm muito o que definir e explicitar. É essencial uma mesma perspectiva, comum a todo o pessoal que integra o MEB, coerente com a linha que norteia o trabalho do Movimento com o povo. É preciso chegar, coerentemente, a uma estruturação que atenda às necessidades de trabalho e à realização das pessoas. Ficou visto que a vida e o trabalho das equipes do MEB serão muito mais harmônicos na medida em que essa perspectiva estiver explícita, fôr querida e vivida por todos, dispondo-se, realmente, todo o pessoal a um constante diálogo, a uma comunicação autêntica, que resulte, não só numa eficiência maior do Movimento, mas também no crescimento das pessoas que o integram.
- Ficou patente a necessidade de haver no MEB e nos elementos nele engajados uma preocupação explícita com o crescimento espiritual, o que também deve ser realizado em equipe. Um esforço para que a CARIDADE esteja mais presente em todos os passos do Movimento.

#### 4.2 Pontos concretos também levantados na revisão.

Prosseguindo os debates, verificou-se ainda que:

- a coordenação não pode centralizar todos os trabalhos;
- é preciso respeitar os cargos e as especializações, mas, na diversidade de funções, todos devem ter, igualmente, a responsabilidade do todo;

- não deverão ser decididas coisas essenciais sem estudo de equipe;
- a coordenação deve representar o pensamento da equipe;
- os contatos com os bispos, seja em âmbito local ou nacional, na medida do possível, devem ser feitos com a equipe e não só com a coordenação, porque aumenta o diálogo Hierarquia-Laicato, divide o peso e a responsabilidade dos problemas, aumentando para todos a compreensão das questões surgidas;
- é indispensável um cuidado para que o MEB não venha a ser uma espécie de máquina, transformando as pessoas em "peças desta máquina", com um ritmo que desumanize todos;
- na vida de equipe, é preciso considerar as pessoas como elas são, ter atitude de respeito ao outro, querer sempre o diálogo, não assumir atitudes de defesa, preocupar-se com o crescimento conjunto;
- em cada equipe, quando chegarem novos elementos, é essencial, da parte dos mais antigos, uma atitude de confiança, impedindo a formação das categorias dos "donos da bola" e a dos inexperientes, acreditando, sim, na capacidade de quem assume o trabalho, já que experiência não se transmite por palavras.

#### 4.3 Conclusões sobre o trabalho em equipe do MEB.

- O MEB quer ser uma comunidade, viver em equipe e, conseqüentemente, não pode estruturar-se como uma empresa comum.
- As pessoas que trabalham no MEB não são simples funcionários, são o MEB. Há distinção de funções, não há distinção de valores.
- É necessário uma descentralização do trabalho, sem que implique em quebra da unidade do Movimento ou em desorganização.
- Os momentos de crise do Movimento devem ser enfrentados e assumidos por todos. Da mesma forma, todas as decisões fundamentais devem ser tomadas em equipe. A partir desses pontos, as equipes nacional, estaduais e locais vão explicitar e definir melhor sua estruturação, funcionamento, competências etc.

#### 4.4 Questões que ficaram para posterior reflexão e definição.

- Como se traduz exatamente a perspectiva comunitária ou de equipe, considerando a necessidade de organização do Movimento, suas dimensões atuais e a especificidade do trabalho a ser realizado?
- Quais os critérios para uma exata determinação de funções?
- O que é exatamente coordenação, qual a sua competência, como se concretiza seu trabalho conjunto com toda a equipe?
- Quem deve pensar o Movimento, como decidir sempre em conjunto, a quem cabe o poder de decisão?
- Como manter sempre todas as equipes informadas e participando de toda a vida do Movimento? Como pode todo o Movimento assumir as crises e não somente sofrê-las?
- Como efetivar uma descentralização sem quebra da unidade?

#### 5. O Projeto.

A necessidade de um planejamento para o MEB é uma constatação de cada reunião que se realiza. Para atender a essa necessidade antiga e verificando que a estrutura proposta no anteprojeto de normas exige, para seu funcionamento mais efetivo, a existência de um planejamento global do Movimento; decidiu-se partir para a realização de um "PROJETO DO MEB".

Para essa finalidade, será contratado um elemento habilitado a dar uma assessoria adequada.

Há urgência na elaboração desse projeto, mas é evidente que só será possível realizá-lo com dados concretos e objetivos da realidade do MEB, o que exigirá algum tempo. Por outro lado, não pode o Movimento prescindir por mais tempo de um esboço que seja ou mesmo de um planejamento sumário, considerando-se, inclusive, a necessidade de uma programação financeira imediata dos recursos disponíveis.

Como roteiro básico, foi sugerido:

- 1º Histórico do MEB como experiência realizada.
- 2º Objetivos do MEB.
- 3º Objetivos específicos do projeto.
- 4º Elaboração
  - . área de atuação
  - . funcionamento das equipes
  - . projetos estaduais
  - . atividades
  - . recursos humanos e financeiros

O MEB Nacional ficou encarregado da formulação dos três primeiros itens e o Estadual dos objetivos específicos do projeto e plano de funcionamento local.

As questões deverão ser colocadas de forma concreta, descendo a detalhes sobre instrumentos, áreas prioritárias, métodos etc. O material deve estar todo recolhido e pronto até fins de julho.

Foi considerado importante haver uma reunião dos coordenadores estaduais em agosto, por ocasião da reunião do CDN. Será, então, estruturado esse planejamento até dezembro de 1964 e estudado mais conseqüentemente o projeto a longo prazo.

#### 6. Autonomia das equipes a partir do projeto.

Como o trabalho do MEB estará definido no projeto, a questão se coloca de início: se, este aprovado, terão as equipes liberdade de atuação na explicitação do mesmo; que não pode, necessariamente, descer a todos os detalhes. Portanto, será conveniente definir, de pronto, a autoridade do projeto e a que ele obrigará, ao ser aceito. Se fôr eficaz, provavelmente nêle estarão previstos os encaminhamentos dos diferentes problemas.

#### 7. Encontro de Coordenadores.

O Encontro de Coordenadores encarregar-se-á do planejamento e atualização do projeto.

É de toda conveniência a participação de membros do DDN, de maneira a intensificar um diálogo. Vários problemas do MEB decorreram do fato de que os Bispos nem sempre puderam acompanhar o crescimento do Movimento, a partir do 1º Encontro de Coordenadores. Dessa forma, a reunião nacional dos Coordenadores (agosto) deverá coincidir com a reunião

do CDN (antes ou depois), verificadas, naturalmente, as possibilidades financeiras para essa reunião.

É condição indispensável que os Coordenadores venham preparados para analisar o que é o MEB. A grande questão atual é recomeçar o trabalho e analisar suas reais possibilidades para, depois, planejar. Não é possível, portanto, formular um tenário no momento.

De qualquer maneira, é essencial haver um Encontro de Coordenadores estaduais antes dos Bispos viajarem para Roma.

### B. O Documento.

As teses principais do documento serão extraídas deste relatório, que degerá ser, então, redigido pela Equipe de Estudos, com a colaboração da coordenação e remetido aos Estados antes da próxima reunião do CDN. Se houver tempo, depois de aprovado pelos Estados, será encaminhado aos Bispos do CDN. Caso contrário, sua aprovação definitiva será adiada até que possa ser examinado pelos Coordenadores e então mandado ao CDN.

O documento representará um testemunho e a experiência dos membros do MEB. Representará as equipes do MEB que concordarem com seus termos, com esclarecimentos, em introdução, das respectivas razões. Como objetiva levar a sua colaboração aos Srs. Bispos, na elaboração das normas de funcionamento, expressando o pensamento dos leigos que trabalham no MEB, há uma certa urgência no seu preparo e, ao mesmo tempo, uma conexão com a atual reunião, convocada em circunstâncias especiais, sem a participação de todas as equipes, como já foi explicado anteriormente.

O documento não é um documento de confronto com as normas de funcionamento a serem estabelecidas. É uma reflexão a respeito dos pontos considerados essenciais para a efetividade do trabalho do MEB, apresentada, filialmente, aos Srs. Membros do CDN, a partir de uma experiência vivida. Nesse sentido, não é um documento para ser aprovado ou não. É uma contribuição dos membros do MEB no momento em que os Srs. Bispos vão decidir assuntos fundamentais do MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE.

4/66 - 50

Rua São Clemente, 385 - Rio

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE